

GESTÃO AMBIENTAL EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO BRASIL

INTRODUÇÃO

A construção do entendimento acerca do cuidado com o meio ambiente, que se iniciou no início do século XX, ganhou protagonismo nas articulações globais, sendo impulsionada por mobilizações sociais e pelo surgimento do conceito de sustentabilidade (CÂMARA, 2013; MOURA, 2016; ALVES, AZEVEDO, 2023).

Diante deste cenário, no contexto nacional, as políticas públicas se colocam como principal alternativa para a regulação das atividades econômicas e seus impactos no meio ambiente (CASTELO, MARQUESAN, SILVA, 2021). A gestão ambiental no Brasil, que começa a se delinear mais claramente na década de 1960, tem avançado no sentido de abranger órgãos de todas as esferas governamentais, assim como a iniciativa privada e, ainda, incluir a participação social no planejamento, formulação e controle de políticas públicas na temática ambiental (CÂMARA, 2013; MOURA, 2016; MOURA, BEZERRA, 2016; ALVES, AZEVEDO, 2023).

Instituições de Ensino Superior (IES) carregam uma responsabilidade ímpar nos avanços sociais, tecnológicos e culturais da sociedade, uma vez que são elementares para a formação dos profissionais que constroem a realidade (TAUCHEN, BRANDLI, 2006; ROHRICH, TAKAHASHI, 2019). Neste sentido, o engajamento dessas instituições na manutenção do equilíbrio ambiental é indispensável à perspectiva de um futuro possível para as próximas gerações. A Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que além de estar localizada na Amazônia Central, teve seu *campus* de Manaus construído no terceiro maior fragmento verde em área urbana do mundo, porquanto, possui expressivo simbolismo e responsabilidade na promoção da educação ambiental e da gestão de recursos naturais e de resíduos.

Diante do exposto, surge a seguinte questão de pesquisa: de que modo são gerenciadas as medidas estratégicas e operacionais da UFAM, no que tange à gestão ambiental de seus *campi*? Orientado por esta problemática, foram analisados ofícios, resoluções, portarias e relatórios que abordam esta temática, disponíveis na página virtual da instituição. Portanto, trata-se de um estudo documental, que tem por objetivo realizar um diagnóstico da gestão ambiental desta Instituição de Ensino Superior entre os anos de 2020 a Julho de 2025.

A GESTÃO AMBIENTAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES)

Analisando a história da gestão ambiental brasileira, Câmara (2013) conclui que a governança dos recursos naturais no Brasil se inicia visando a produção a longo prazo, sem compromisso com a sustentabilidade e com baixos investimentos em pesquisa e tecnologia, acarretando a extinção de espécies, degradação de ecossistemas e a perda em larga escala de capital natural. Atualmente, com uma regulamentação mais robusta, o autor pondera que a governança ambiental no Brasil tem como fundamentos a legislação ambiental, o sistema de licenciamento, as representações da sociedade civil por meio do Ministério Público, conselhos e comitês, assim como na participação de organizações não governamentais.

Dentre as políticas públicas voltadas para a sustentabilidade implementadas pelo governo federal e voltadas para órgãos públicos, existe a Agenda Ambiental na Administração Pública (A₃P), que, segundo a cartilha de implementação divulgada pelo MMA (BRASIL, 2016), tem como objetivo fomentar a responsabilidade socioambiental, implementando critérios de sustentabilidade às atividades da administração pública. Os eixos abarcados pela

A₃P são: 1) uso racional dos recursos naturais; 2) gerenciamento de recursos sólidos; 3) qualidade de vida no ambiente de trabalho; 4) sensibilização e capacitação dos servidores; 5) contratações públicas sustentáveis e; 6) construções sustentáveis.

Inseridas no contexto global, no qual a temática sustentável tem ganhado espaço, as IES desempenham um papel de protagonismo nos avanços para o desenvolvimento sustentável, uma vez que são o berço de tecnologias e inovações, assim como, são responsáveis pela formação de profissionais com o potencial de revolucionar a sociedade como um todo. A partir de 1990 se registram os primeiros documentos que formalizam o compromisso de IES ao redor do mundo com o desenvolvimento sustentável (TAUCHEN, BRANDLI, 2006; ROHRICH, TAKAHASHI, 2019).

No que tange ao papel das IES frente ao tema sustentabilidade, Tauchen e Brandli (2006) colocam como aspectos mais importantes para a gestão ambiental de IES: 1) gestão de recursos (energia, água, qualidade e conforto térmico); 2) gestão de resíduos; 3) construções sustentáveis; 4) critérios ambientais em compras e licitações de materiais, equipamentos e serviços; 5) educação (campanhas de sensibilização, formação integrando aspectos ambientais); 6) declarações e relatórios ambientais; 7) preservação, recuperação e criação de espaços verdes.

Seguindo a construção histórica e os avanços do tema sustentabilidade no Brasil e no mundo, é fundamental que exista uma pressão para que organizações se responsabilizem na mitigação dos impactos ambientais gerados por suas atividades. Neste sentido, como corroboram Oliveira e Freire (2021), as IES são pressionadas a assumir o papel de promotoras da gestão ambiental, como é o caso da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), uma das IES representantes da região Norte do país.

A UFAM surgiu em 1909, com o nome Escola Universidade Livre de Manaós, sendo considerada a primeira Universidade do Brasil. Da mesma forma que outras IFES, tem como pilares o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação, essenciais para a formação e desenvolvimento acadêmico dos estudantes, bem como para a produção de conhecimento científico e para o estreitamento da relação entre a universidade e a sociedade. Seu *campus* na cidade de Manaus está situado no terceiro maior fragmento de floresta em área urbana do mundo, com 6,7 milhões de metros quadrados.

Sua estrutura administrativa é composta por 7 Pró-Reitorias, que compartilham as atividades da administração superior. Conta com 17 órgãos suplementares, que prestam serviços e apoio a toda a comunidade acadêmica em diferentes temáticas. Os cursos de graduação e Pós-Graduação são ofertados por meio de 18 Unidades Acadêmicas na cidade de Manaus e 5 no interior do estado.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza descritiva e documental, com abordagem qualitativa, no qual foram analisados instrumentos normativos - resoluções, portarias, relatórios, ofício, entre outros -, publicados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da UFAM, disponíveis na página virtual da instituição.

A coleta de dados foi realizada por meio do SEI Pesquisa Pública, utilizando os filtros: 1) documentos gerados; 2) termo livre “gestão ambiental”; e 3) Unidade geradora “Centro de Ciências do Ambiente”, setor responsável pela coordenação de projetos ambientais na instituição. Como recorte de tempo, foram encontrados dados de Janeiro de 2020 (início do uso da plataforma SEI) até Julho de 2025.

O tratamento e análise dos dados ocorreu por meio da leitura minuciosa do teor dos documentos, no sentido de filtrar aqueles que possuem relação com a gestão ambiental,

tendo sido categorizados por assuntos de maneira indutiva e organizados por ordem cronológica, para otimizar a sua interpretação, como orienta Bardin (2012).

Também foram consultados o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2025 da UFAM, a Plataforma de acompanhamento do PDI “ForPDI”, assim como outras informações institucionais, disponíveis na página virtual da instituição.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como resultado da pesquisa documental, foram identificados 88 processos por meio da coleta de dados, reduzindo para 29 concernentes ao tema da pesquisa, os quais foram classificados por conteúdos relativos ao gerenciamento estratégico e gerenciamento operacional da gestão ambiental.

No que tange ao gerenciamento estratégico da gestão ambiental da UFAM, sua regulamentação advém da Política Ambiental (PA), que foi instituída há mais de uma década, no dia 26 de janeiro de 2012 (UFAM, 2012). Com o intuito de realizar os objetivos previstos pela PA, o Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGA) permeia toda a instituição, tendo o Conselho Universitário (CONSUNI) como órgão superior; a Reitoria e Pró-Reitorias como órgãos centrais, assessoradas pelo Comitê Gestor Ambiental; o Centro de Ciências do Ambiente (CCA) como órgão técnico acadêmico, responsável pela elaboração de projetos e pareceres sobre a temática ambiental; e as Unidades Acadêmicas e Administrativas como órgão executores.

Na regulamentação da PA, não fica completamente claro de que modo as funções do SIGA serão divididas entre o CCA e as unidades acadêmicas e administrativas e o Comitê Gestor Ambiental. Como apontado por Wu et. al. (2014), o uso de linguagem vaga na definição de *stakeholders* pode gerar confusão na alocação e gestão de recursos, assim como na interpretação da intenção da política. É flagrante que o CCA possui, ainda que difusa, função central no planejamento, coordenação, supervisão, controle e avaliação da PA no âmbito da UFAM. No entanto, este órgão complementar conta com um quadro de funcionários extremamente reduzido, tendo 4 funcionários, assim como os chefes da Divisão Administrativa e da Divisão de Formação e Educação. A Divisão de Estudos e Análises Ambientais e a Divisão de Gestão Ambiental, cruciais para o desenvolvimento das atividades inerentes à PA, encontravam-se sem chefia até Julho de 2025.

Ainda no âmbito estratégico, o PDI vigente (UFAM, 2022, p. 109), referente ao período de 2016 a 2025, estabelece dentre os 11 eixos temáticos abordados, o vetor Ambiente e Sustentabilidade, que possui apenas 1 objetivo: “Promover a gestão ambiental em todos os campi da universidade”, que se desdobra em 5 estratégias de ação: 1) redução do consumo dos recursos hídricos e elétricos; 2) implantação de procedimentos de coleta seletiva de resíduos sólidos; 3) respeito aos critérios de sustentabilidade nas contratações de bens e serviços; 4) busca de outras fontes de fornecimento de energia e; 5) viabilizar/estimular o aumento de projetos para uso de energias renováveis. No sistema de acompanhamento do PDI vigente, disponível na página virtual da UFAM, somente o indicador de cursos que incluem a sustentabilidade em seus currículos foi atualizada em relação ao seu andamento.

Quanto à atuação do Comitê Gestor Ambiental, somente em Maio de 2024 foi recomposto e iniciou seus trabalhos, distribuindo os participantes em grupos para tratar dos eixos temáticos da PA, de acordo com suas aptidões e interesses: 1) critérios de sustentabilidade nas contratações de bens e serviços; 2) Coleta seletiva de resíduos sólidos; 3) áreas degradadas, flora e fauna; 4) viabilizar/estimular o aumento de projetos para uso de energias renováveis; 5) busca de outras fontes de fornecimento de energia; 6) redução do consumo dos recursos hídricos e elétricos; 7) estações de tratamento de efluentes.

No que tange aos critérios ambientais para contratações e compras, a UFAM, até a presente data não dispõe de um Plano de Logística Sustentável (PLS), que nortearia as práticas de contratações, compras e logísticas institucionais, embora tenha sido nomeado um grupo de trabalho para sua criação em 2019 e recomposto em 2021, 2022, 2024 e em 2025.

Comparando a PA, o PDI vigente, assim como os eixos temáticos desenvolvidos pelo Comitê Gestor Ambiental, aos aspectos mais importantes para a gestão ambiental de IES apontados pela literatura e as diretrizes da A₃P, constatam-se discrepâncias significativas, como discriminado no Quadro 1.

Quadro 1: Aderência temática da PA, PDI e temas do Comitê Gestor Ambiental (CGA)

Tema	PA	PDI 2016-2025	CGA
Gestão de recursos	X	X	X
Gestão de resíduos	X	X	X
Construções sustentáveis	X		
Critérios ambientais em compras e licitações de materiais, equipamentos e serviços			X
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	X		
Educação e sensibilização de servidores	X		
Preservação, recuperação e criação de espaços verdes	X		X

Fonte: Adaptado pelos autores (TAUCHEN, BRANDLI, 2006; BRASIL, 2016).

Em relação ao nível operacional da gestão ambiental, a Auditoria Interna da UFAM publicou Relatório em 2025, que trouxe um diagnóstico das práticas de sustentabilidade adotadas pela instituição. Foi constatado um nível baixo de adesão às ações de sustentabilidade previstas pela legislação vigente, analisando os eixos: 1) elaboração, implantação e monitoramento do PLS; 2) racionalização no uso de energia elétrica; 3) racionalização no uso de água; 4) atendimento a requisitos de acessibilidade; 5) certificação de prédios públicos; 6) racionalização no uso de papel e implementação de processo eletrônico; 7) gestão de resíduos e coleta seletiva; 8) contratações públicas sustentáveis; 9) conscientização e capacitação; 10) adesão ao programa de sustentabilidade (UFAM, 2025).

O Relatório constatou que os índices com melhores resultados foram: acessibilidade e contratações. Dentre os eixos com piores resultados temos: racionalização do uso de energia elétrica e água, gestão de resíduos e adesão ao programa de sustentabilidade.

No que se refere ao processo de gestão ambiental dos 5 *campi* da Universidade localizados no interior do Estado do Amazonas, a Auditoria Interna da UFAM emitiu Relatório em 2021 (UFAM, 2021) informando que não existem ações institucionais que visem o cumprimento da PA, somente existindo projetos pontuais que tratam da temática no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

O relatório sinaliza para a necessidade de estratégias coordenadas entre a Administração Superior da Universidade, conforme previsto pelo SIGA, de modo a criar diretrizes para que as unidades acadêmicas e administrativas, inclusive no interior do Estado, possam realizar a implementação, controle e fiscalização das ações para o pleno exercício da PA em todos os *campi* da UFAM. Em adição, é indicado uma interação mais eficiente por parte do CCA, a quem compete, segundo o seu Regimento Interno, a comunicação com todas as Unidades da Instituição (UFAM, 2021).

O que corrobora com as ponderações de Wu *et al.* (2014) acerca da necessidade de uma preparação sistemática da estrutura de implementação da política pública, de modo que todos os envolvidos estejam cientes de suas responsabilidades e tenham segurança no desempenho de suas funções. Para estes autores, a base para a implementação de políticas públicas é a capacidade operacional, que compreende recursos humanos e financeiros; regulamentação dos procedimentos e responsabilidades; e a coordenação do trabalho em rede, envolvendo atividades de diversos setores para alcançar o resultado. Desse modo, é necessária

a distribuição adequada das funções e dos recursos humanos para o desenvolvimento, implementação e controle da PA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As IES são fundamentais para a criação de condições sociais e culturais para a incorporação de práticas sustentáveis em todos os âmbitos da sociedade. Diante disso, este estudo teve como objetivo realizar um diagnóstico da gestão ambiental da UFAM entre os anos de 2020 a Julho de 2025, por meio da investigação de documentos institucionais disponíveis no sistema de informações da Universidade.

As análises apresentadas revelam que existe espaço para progresso na implementação de estratégias e ações efetivas para a garantia da manutenção e recuperação da qualidade ambiental nas práticas institucionais desta instituição de ensino. Comparando a PA, o PDI vigente, assim como os eixos temáticos desenvolvidos pelo Comitê Gestor Ambiental, aos aspectos mais importantes para a gestão ambiental de IES apontados pela literatura e as diretrizes da A₃P, constatam-se discrepâncias significativas. Também foi identificado um desfalque no número de servidores vinculados ao setor estratégico para a implementação da PA, prejudicando o processo como um todo.

É indispensável que a UFAM, especialmente por se tratar de uma instituição pública de ensino localizada no terceiro maior fragmento verde em área urbana do mundo, invista energia no planejamento, engajamento e em práticas sustentáveis, proporcionando um exemplo para outros setores da sociedade. Para tanto, é necessário que haja, além da sensibilização de servidores, o direcionamento de pessoal para setores estratégicos e o alinhamento das políticas e práticas internas ambientais.

Como contribuições para a área de pesquisa, o trabalho desenvolvido busca abrir espaço para que o tema seja melhor aprofundado, principalmente no Norte do país, e possibilite o aprimoramento da sustentabilidade aplicada às suas práticas institucionais. Deve ser levado em conta, como fragilidade da pesquisa, que o sistema de informações da universidade, utilizado como coleta de dados, foi implementado em 2020, de modo que poucos arquivos anteriores a esta data puderam ser consultados.

Diante disso, e considerando que muitas iniciativas de cunho ambiental não são documentadas institucionalmente, os dados levantados despertam a necessidade de pesquisas futuras de campo que possam coletar informações acerca da operacionalização das políticas ambientais da universidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, André de Oliveira; AZEVEDO, Tânia Cristina. Governança ambiental e desafios socioambientais contemporâneos: uma análise da evolução da gestão pública. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador-BA, Ano XXV - Dossiê Especial - XX Semana de Análise Regional e Urbana, p. 51-78, 2023.
- BARDIN, L. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2015.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cartilha Como Implantar a A3P**, 3ª edição. Brasília, DF: MMA, 2016.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2023**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024.
- CÂMARA, João Batista Drummond. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista De Sociologia E Política**. V. 21, Nº 46, p. 125-146, Jun. 2013.

CASTELO, Arícia Fernandes Macedo; MARQUESAN, Fábio Freitas Schilling; SILVA, Joselito Brilhante. A problemática das políticas públicas ambientais no Brasil. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental-FURGv. 38, n. 2, p. 180-199, mai./ago. 2021.

CEZAR, Fernando Vieira. **Agenda ambiental da administração pública e objetivos do desenvolvimento sustentável**: Alinhamento para uma agenda aprimorada. Orientador: Luis Carlos Zucatto. 2023. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

MOURA, Adriana Maria Magalhães. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. In: **Governança ambiental no Brasil : instituições, atores e políticas públicas**. organizadora: Adriana Maria Magalhães de Moura. Brasília: Ipea, 2016.

MOURA, Alexandrina Sobreira de; BEZERRA, Maria do Carmo. Governança e sustentabilidade das políticas públicas no Brasil In: **Governança ambiental no Brasil : instituições, atores e políticas públicas**. organizadora: Adriana Maria Magalhães de Moura. Brasília: Ipea, 2016.

OLIVEIRA, André Junior de; FREIRE, Fátima de Souza. Análise do Isomorfismo Institucional na Sustentabilidade Ambiental das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) Brasileiras. **REUNIR: Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade**. V.11, n.2, 2021.

ROHRICH, Sandra Simm; TAKAHASHI, Adriana Roseli Wunsch. Sustentabilidade ambiental em Instituições de Ensino Superior, um estudo bibliométrico sobre as publicações nacionais. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 26, n. 2, e2861, 2019.

TAUCHEN, Joel; BRANDLI, Luciana Londero. a Gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, v.13, n.3, p.503-515, set.-dez, 2006.

UFAM. Conselho Universitário. **Resolução n. 002/2012**, de 26 de janeiro de 2012. Manaus, 2012.

UFAM. Auditoria Interna. **Relatório de Auditoria n. 003/2021**. Manaus, dezembro de 2021.

UFAM. Auditoria Interna. **Relatório de Consultoria n. 01** - Pró-Reitoria de Administração e Finanças. Manaus, maio de 2024.

UFAM. Auditoria Interna. **Relatório de Auditoria n. 001/2024**. Manaus, fevereiro de 2025.

UFAM. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2a. Revisão. 11 de julho de 2022. Manaus, 2022.

WU, Xun; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Tradutor: Ricardo Avelar de Souza – Pangea Centro de Tradução, Interpretação e Idiomas Ltda. Brasília: Enap, 2014.